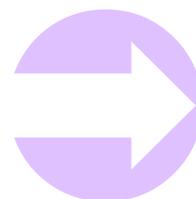


GUIA PRÁTICO
para utilização da **COMUNICAÇÃO INCLUSIVA**
no Município de Palmela



Ficha Técnica:

Título:

Guia Prático para utilização da Comunicação Inclusiva no Município de Palmela

Autoria:

Câmara Municipal de Palmela

DADO | Divisão de Recursos Humanos e Organização

Revisão:

Maria Teresa Alvarez - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)

Palmela, 2015



Enquadramento

A linguagem não é apenas um instrumento de comunicação. Ela é indissociável do pensamento e desempenha um papel fundamental na formação da identidade, atitudes e comportamentos das pessoas e é, em grande medida, responsável pela forma como percebemos o mundo.

Na grande maioria das línguas, incluindo a portuguesa, é habitual e quase “natural” o uso do masculino sempre que se trate de um grupo de mulheres e de homens, apesar da língua portuguesa ter a riqueza suficiente e uma multiplicidade de termos e recursos para nomear homens e mulheres de forma adequada, e de gramaticalmente existirem tanto formas masculinas como femininas.

Emprega-se naturalmente o “neutro”, dito universal – que em português corresponde ao género gramatical masculino – para designar pessoas, funções ou grupos de ambos os sexos, no pressuposto de que o masculino genérico “é capaz” de abarcar o feminino, sem que a recíproca seja verdadeira.

Temos como exemplo a frequência da utilização de expressões como “os pais” (para designar pai e mãe), “os homens” (como referência à humanidade e englobar tanto homens como mulheres), entre muitas outras, acabando assim por se identificar os homens com a universalidade dos seres humanos, facto que concorre para a ocultação e invisibilidade das mulheres.

É necessário um esforço consciente para evitar o uso de linguagem sexista e promover a utilização de uma linguagem inclusiva, não sujeita a estereótipos, que valorize de igual forma mulheres e homens.

As preocupações com a nossa linguagem também nos educam a despertar para a igualdade, daí a importância da sensibilização para este tema, tanto mais que não podemos ignorar o poder da palavra, seja ela falada ou escrita.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 64/2006, de 18 de Maio incluiu regras de legística, para a elaboração de atos normativos, promovendo a utilização de uma linguagem não discriminatória de forma a neutralizar-se ou minimizar-se a especificação do género, através do emprego de formas inclusivas ou neutras (artigo 15.º do Capítulo III).

O IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2011/2013, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2011, de 18 de janeiro, contemplava um conjunto de medidas estruturantes para serem implementadas por todos os órgãos da administração pública, central e local, em torno de 14 áreas estratégicas, e uma dessas medidas reporta-se à comunicação

institucional e à linguagem utilizada pelos serviços públicos, explicitada na Medida 16, da Área Estratégica 1 – ***Integração da dimensão de género na administração pública central e local como requisito de boa governação***. Esta medida visa fomentar a implementação de práticas não discriminatórias da linguagem na administração pública e na comunicação institucional, de acordo com a R.C.M. nº 161/2008, de 22 de outubro, mais especificamente:

a) A referência explícita aos dois sexos, o que implica o uso de formas masculinas para designar os homens e o uso de formas femininas para as mulheres;

b) A neutralização ou abstração da referência sexual, recorrendo a uma mesma forma neutra para designar ambos os sexos;

O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2013, de 31 de dezembro, contempla na Área Estratégica 1 – ***Integração da perspetiva da igualdade de género na administração pública central e local*** – a Medida 7 que visa: *Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos*, que deve ser concretizada através da utilização de formas de comunicação não-discriminatórias nos documentos produzidos, editados e distribuídos pela administração pública, e será alvo de avaliação através da realização de um estudo de avaliação da utilização da linguagem inclusiva pela Administração Pública.

O objetivo primordial desta medida passa pela eliminação do uso do masculino genérico, ou a sua substituição por formas não discriminatórias, por se verificar que são raros os casos em que se utiliza a linguagem neutra, sendo mais comum o uso exclusivo do masculino para designar tanto homem como mulher.

Assim, na prática, deve haver referência explícita aos dois sexos, o que implica o uso de formas masculinas para designar os homens e o uso de formas femininas para designar as mulheres, e poderá recorrer-se à neutralização ou abstração da referência sexual, recorrendo a formas neutras para designar ambos os sexos, de forma a respeitar o direito de homens e mulheres à representação linguística da sua identidade, e ao reconhecimento de que nenhum dos dois sexos tem o exclusivo da representação geral da humanidade ou da cidadania (GUIA PARA UMA LINGUAGEM PROMOTORA DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Graça Abranches, CIG, Lisboa| 2009).



Orientações e Recomendações

A Câmara Municipal de Palmela, no âmbito do trabalho desenvolvido em matéria de Igualdade de Género, pretende implementar uma comunicação institucional inclusiva que reflita de igual maneira e trate com o mesmo valor e a mesma dignidade homens e mulheres, e incluir a dimensão/princípio da IG na linguagem escrita e visual.

Tendo por base as orientações emanadas pelos diversos Planos Nacionais para a Igualdade de Género e pelo **Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública**, (Graça Abranches, CIG, Lisboa|2009), uma publicação que sintetiza as principais regras da linguagem inclusiva, apresenta-se o **GUIA PRÁTICO PARA UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PALMELA**.

Trata-se de um instrumento de trabalho que pretende apresentar e divulgar algumas orientações, propostas, recomendações e exemplos práticos junto dos serviços da autarquia, no sentido de sensibilizar e facilitar a adoção de uma comunicação inclusiva em termos da representação do sexo feminino e do sexo masculino, aplicando-a nos documentos e instrumentos de divulgação institucionais [formulários, regulamentos, despachos, procedimentos concursais, contratos, avisos, editais, propostas, ofícios, informações técnicas, comunicações de serviço, comunicações internas, relatórios, documentos estratégicos, emails, newsletters, intranet, sites, blogs, folhetos, cartazes, publicações, Boletim Municipal, Boletim PorDentro, e demais documentos institucionais], integrando-a cada vez com maior regularidade, nas suas rotinas de informação e comunicação institucional interna e externa.

Neste Guia são propostas algumas orientações para a substituição de formas linguísticas por novas formas e alguns exemplos de termos ou expressões utilizados em documentos e materiais de comunicação institucionais produzidos, editados e distribuídos nos serviços da autarquia, com vista a promover uma comunicação mais inclusiva, através de dois princípios fundamentais: **a visibilidade e o equilíbrio/simetria da representação do feminino e masculino**.

De acordo com a autora referida, as propostas de substituição apresentadas respeitam dois tipos de análise/aplicação:

- 1. A especificação do sexo**
- 2. A neutralização ou abstração da referência sexual**

1. A especificação do sexo

Deve recorrer-se à especificação do sexo, usando a referência expressa a ambos os sexos de forma igual e paralela, o que implica o uso de formas masculinas para designar os homens e o uso de formas femininas para as mulheres. Na prática, esta regra pode materializar-se de duas formas:

1.1. Utilização de formas duplas

Este recurso é considerado como o mais adequado e eficaz, no que respeita à visibilidade, simetria e equilíbrio, e face às dificuldades de recorrer sistematicamente à neutralização ou abstração da referência sexual decorrente da existência de elevado número de termos com marcas de género.

Assim, deve utilizar-se

Pai; mãe em vez de **Pais**

Avó; avô em vez de **Avós**

Filhas; filhos em vez de **Filhos**

Enteados; enteadas em vez de **Enteados**

1.2. O emprego de barras

1.2.1. O emprego de barras deve ser utilizado em substituição da forma dupla para separar as duas formas do artigo no caso de substantivos com a mesma forma nos dois géneros gramaticais.

o/a chefe de secção

o/a cliente

o/a cônjuge

o/a contribuinte

o/a declarante

a/o descendente

o/a docente

o/a doente

o/a estudante

o/a presidente

o/a representante

o/a requerente

o/a requisitante

o/a titular

1.2.2. Deve ainda recorrer-se ao emprego de barras para acrescentar a uma das formas (masculina ou feminina) a terminação nominal de género gramatical da outra forma (feminina ou masculina):

a/o aluna/o
o/a aposentado/a
o/a beneficiário/a
a/o cidadã/o
o/a condutor/a
o/a comprador/a
o/a descendente
o/a diretor/a
o/a examinador/a
a/o funcionária/o
a/o médica/o
o/a monitor/a
o/a portador/a de deficiência
o/a sacador/a
o/a signatário/a
o/a usufrutuário/a

1.2.3. Considera-se ainda que não se deve recorrer à utilização de parêntesis para inscrever simultaneamente a forma masculina e feminina – como é o caso de caro(a) senhor(a). No entendimento de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), o emprego mais geral dos parêntesis é para "*intercalar num texto qualquer indicação acessória*", (Cunha e Cintra, 1984:660), e como tal, não é uma forma adequada para uma representação simétrica do feminino e do masculino, uma vez que abre a possibilidade de interpretação do feminino como um reforço da "*menoridade*" ou "*subsidiariedade*" das mulheres.

No caso dos plurais facultativos incluindo determinantes ou nomes com barra, deve usar-se o morfema de plural entre parêntesis.

A/O(s) utente(s)
O/A(s) titular(es)
O/A(s) dirigente(s)

2. A neutralização ou abstração da referência sexual

Poderá recorrer-se à neutralização ou abstração da referência sexual, recorrendo ao emprego de formas inclusivas ou neutras para designar ambos os sexos.

A concretização deste recurso pode fazer-se através da substituição de formas marcadas quanto ao género gramatical por formas como as que a seguir se indicam, a título orientador e como forma de recomendação genérica:

- Deve recorrer-se ao emprego dos dois géneros gramaticais (feminino e masculino) sempre que não saibamos se o destinatário é homem ou mulher (Ex: Exma. Senhora e Exmo. Senhor; impresso para a/o cliente);
- Referência ao feminino e ao masculino em todas as carreiras, cargos e funções profissionais;
- O uso do termo *cônjuge*, para designar tanto a mulher como o marido;
- Quando se mencionam ambos os sexos, é conveniente alternar a sua ordem e não antepor sempre o masculino ao feminino;
- A menção dos dois géneros gramaticais separados por uma barra oblíqua quando não existir um só vocábulo abstrato ou neutro (ex: a/o interessada/o; licenciada/o; o/a trabalhador/a; aposentada/o; beneficiária/o; médico/a);
- Não se deve recorrer à utilização de parêntesis para incluir simultaneamente a forma masculina e feminina – caro(a) senhor(a), mas sim o uso de barras – caro/a senhor/a;
- No caso de formulários informatizados, sugere-se a inclusão de opções de feminino e masculino;
- Quando o artigo não é imprescindível deve proceder-se à eliminação dos artigos:
 - Cliente em vez de **o** Cliente;
 - Cônjuge em vez de **o** Cônjuge;
 - Declarante em vez de **o** Declarante;
 - Estudante em vez de **o** Estudante;
 - Representante em vez de **o** Representante
 - Requerente em vez de **o** Requerente;
 - Requisitante em vez de **o** Requisitante
- Para obviar o recurso sistemático de “dobrar” todos os substantivos e artigos nas suas formas feminina e masculina, podemos encontrar expressões alternativas não sexuadas, sinónimos ou formas mais abstratas e inclusivas que não ocultem, nem mulheres nem homens, de acordo com os exemplos a seguir indicados.



Alguns EXEMPLOS PRÁTICOS a seguir:

Em vez de	Deve utilizar-se
Nome do trabalhador	Nome
Nº do trabalhador	Nº
Os assessores	A assessoria; as assessoras; os assessores
Filho de	Filiação
Nascido em	Local de nascimento; Naturalidade; Data de nascimento
O interessado	A pessoa interessada
O requerente	Requerente; a pessoa que requer
O coordenador	A coordenação
O dirigente	Dirigente
O diretor	A direção, a diretora; o diretor
O diretor-geral	A direção-geral
O gerente	Gerência
Os técnicos	O pessoal técnico; as técnicas; os técnicos
Parecer do responsável	Parecer
Decisão do dirigente	Decisão
Pais	Pai; mãe
Avós	Avó; avô
Filhos	Filhas; filhos
Os delegados sindicais	A representação sindical
O homem	O ser humano; a humanidade; a mulher e o homem
Os direitos do homem	Os direitos humanos; os direitos das pessoas
O indivíduo	A pessoa
O titular da conta	Titular da conta
Marido e mulher	Cônjuge
Os descendentes	A descendência
Os habitantes	A população

Em vez de	Deve utilizar-se
Os portugueses	Povo português; as portuguesas; os portugueses
Os cidadãos	Os cidadãos; as cidadãs
Obrigado	Agradecemos; agradece-se
Os eleitores	O eleitorado; as eleitoras e os eleitores
Os políticos	A classe política
Os direitos do homem	Os direitos humanos; os direitos das pessoas
O indivíduo	A pessoa
Os adultos	As pessoas adultas
Os jovens	As jovens; os jovens; as pessoas jovens; quem é jovem
Os meninos	As crianças, a infância, as meninas e os meninos
Os irmãos	As irmãs e os irmãos
Os habitantes	A população, as habitantes e os habitantes
Um dos que	Uma das pessoas que
Algum dos presentes	Alguma das pessoas presentes
Cada trabalhador deverá registar a entrada	Deverá ser registada a entrada
Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Os professores	o pessoal docente; as professoras e os professores
Os alunos	As alunas e os alunos
Os leitores	O público leitor, as leitoras e os leitores
Autor desconhecido	Autoria desconhecida
Desempregados	Homens e mulheres desempregadas ou mulheres e homens desempregados
<i>Os Noruegueses</i> têm um bom nível de vida.	O nível de vida <i>na Noruega</i> é bom